

História

A militância desde o início da vida

História de: [Maria Laura Sales Pinheiro](#)

Autor: [Ana Paula](#)

Publicado em: 16/12/2021

Sinopse

Infância e família de Maria Laura em Jaguaribe. Sua formação e vida profissional em Fortaleza. Vida pessoal. Sua história política e militante. Vida em Brasília.

Tags

- [militância](#)
- [ditadura](#)
- [Brasília](#)
- [Fernando Henrique Cardoso](#)
- [eleições](#)
- [MEC](#)
- [Jaguaribe](#)
- [Constituição](#)
- [Partido dos Trabalhadores](#)
- [direitos das mulheres](#)
- [Fortaleza](#)
- [Collor](#)
- [UnB](#)
- [Câmara Legislativa](#)
- [Assembléia constituinte.](#)

História completa

Projeto: Memória Compartilhada Realização Instituto Museu da Pessoa Entrevista de Maria Laura Sales Pinheiro Entrevistado por: Lenir Justo Brasília, 09 de março de 2009 Código: MDF_HV_018 Transcrito por: Tereza Ruiz Revisado por: Thayane Laranja dos Anjos P/1 – Boa tarde, Maria Laura. R – Boa tarde. P/1 – Nós vamos começar com você nos falando o seu nome completo, o local e a data do seu nascimento. R – Maria Laura Sales Pinheiro, Jaguaribe, Ceará, 20 de agosto de 1941. P/1 – E qual é a sua atividade atual? R – Eu sou militante do Partido dos Trabalhadores e sou avó. Ajudo os meus filhos a cuidarem dos seus filhos. P/1 – E qual é o nome dos seus pais? R – Ataliba Pinheiro e Erlantine Sales Pinheiro. Minha mãe tem 94 anos, ainda é viva. P/1 – E o nome dos seus avós? Você lembra? Conviveu com eles? R – Olha, materno, Joaquim Sales e a minha avó é Laura Sales, eu não sei qual é o outro sobrenome. E paterno é Cezário da Silva e a minha avó Maria das Dores Pinheiro. P/1 – E você sabe onde os seus avós nasceram? O que faziam? Você lembra disso? R – Olha, a minha convivência foi com os avós paternos, né? Quer dizer, nós morávamos no meio do mato mesmo, foi aí onde eu nasci, com parteira e a minha mãe muito... Era uma pessoa urbana e ela estava aperreadíssima porque tava tendo aquela experiência - eu sou a filha mais velha - numa situação bastante precária. E então nós morávamos num pedaço de chão aqui, de terra e os meus avós paternos do outro lado do açude. Então eles eram fazendeiros... P/1 – E onde era isso? R – Isso tudo era no... Quer dizer, no município de Jaguaribe, Pereiro, um pedacinho do Ceará, né? A 330 quilômetros de Fortaleza mais ou menos. P/1 – Certo. E os seus pais... R – Sim, os meus pais... Agora os meus avós maternos, ele era tabelião, trabalhava em cartório e a minha avó, né, Laura, que eu herdei o nome, ela era dona de casa e eu não tive contato nenhum com eles. P/1 – E os seus pais? Quais eram as profissões deles? R – Olha, meu pai, interessante... Quer dizer, ele é ligado a terra porque era filho de gente que tinha terra e que produzia na terra, mas no momento seguinte ele foi comerciante, viu? E viajava e trazia e levava arroz, feijão e... Não é? Em caminhão, é isso aí. Então ele faz isso quase até morrer. Morreu com oitenta anos, já tava mais quieto, já tava mais num canto. Mas era um andarilho, economicamente e socialmente. P/1 – E a sua mãe? R – Não, a minha mãe era dona de casa, nos criou, teve 7 filhos seguidinhos, aliás, teve 8, mas uma morreu. E fez muita coisa pra sobreviver e pra cuidar da gente, não é? Ela fez... Quando a gente saiu do sertão mesmo, do interior, da área rural e foi pra Jaguaribe que é a cidade do município, ela costurou, ela fez comida pra fora, ela era uma batalhadora, viu? E tá aí, quer dizer, na verdade, as atividades dela sempre se restringiram a atividades dentro da casa, embora produzisse economicamente. P/1 – Então você tem 6 irmãos, é isso? R – Eu tenho 6 irmãos. P/1 – Me fala um pouquinho sobre eles. R – Eu os adoro. Eles são... Quer dizer, aqui em Brasília eu tenho

uma irmã, que como eu também é professora aposentada hoje da Universidade de Brasília, da área de Sociologia. Eu fui do departamento de Serviço Social. Também militante de esquerda desde sempre, estava no Congresso de Ibiúna e foi presa, enfim... Na verdade, eu dei uma cobertura muito grande pra danação que ela fez na política porque eu comecei. A segunda, também é mulher, mora no Rio de Janeiro, é advogada, trabalha, tem 2 filhos. O terceiro mora em Fortaleza, foi administrador, foi bancário e gosta da vida, gosta da noite. É um contato super bom, né? Depois dele eu tenho uma outra irmã que hoje também mora em Fortaleza e que morou muito tempo em São Paulo. Ela fez economia, fez direito, muito danada, muito competente, por último fez filosofia. Aí depois dela vem essa que tá aqui em Brasília já há algum tempo. Depois eu tenho um irmão que é artista plástico. Gosto muito do trabalho dele, mora também em Fortaleza. E a última, que é na verdade dez anos de diferença pra mim, você vê que foi eficiente a produção. Ela mora em Fortaleza, também fez administração, trabalha na prefeitura, cuida lá de um pedacinho de terra dela também. P/1 – E como era a tua cidade lá que você passou a infância? R – Olhe, eu tenho um registro do meio rural, da casa da minha avó, da maravilha que era inventar de brincar com boneca de sabugo, fazer casinha de pedra, né? Andar a cavalo sem ser a cavalo, pegar um pedaço de pau e sair brincando no meio do mato. E tenho a lembrança da cidade do interior de Jaguaribe que é a sede do município e tenho lembranças também de Fortaleza, porque eu vim pra Fortaleza pra fazer o que seria na época, mais ou menos, o segundo ano primário. Quer dizer, eu também fui a primeira que vim porque a minha mãe dizia: “Tem que estudar, tem que estudar.” Então eu vim pra Fortaleza e isso foi um motivo. Com essa energia que ela me levou pra Fortaleza, ela sai do meio rural pro meio urbano pra já começar o estudo dos outros, né? P/1 – Então, conta um pouquinho como era Jaguaribe naquela época. R – Naquela época... P/1 – A casa que você morava, você lembra? R – Lembro. Lembro de um bocado de coisas. Lembro que eram casas que... Eu me lembro de uma casa que era na esquina da igreja matriz e que tinha um lado onde a gente brincava de bicicleta. Nunca deu muito certo comigo porque eu era mais difícil, eu gostava de brincar mais sem. Enfim, mais dessas de brincar de outras coisas. Não deu certo a bicicleta pra mim, mas era um espaço que a gente tinha uma convivência, tanto os irmãos, porque aí os irmãos foram nascendo, aí tu imaginas, se a mais nova tem dez anos de diferença, então era todo mundo junto. E Jaguaribe, aí eu vou ter lembranças de Jaguaribe assim, de seca, de cheia do rio, porque depois a gente morou numa casa que tinha sido da minha vó, que era chamada casa de azulejo, que ela ficava na beira do rio. Teve momentos de cheia e a água chegar no quintal, entendeu? E outros que a gente chorava porque não tinha um tostão, uma gota d’água, um pingo de água. E me lembro da política também na cidade, quer dizer a UDN [União Democrática Nacional] e PSD [Partido Democrático Nacional], não sei... Acho que era isso. Então os _____, os Pinheiro e os Barreira, quer dizer, era uma briga política que era familiar, né? E é muito curioso porque eu me posicionava, não sabia nem se aquilo era mais conservador, se era mais avançado, não sei nem que bicho era, mas a gente tinha posição. É tanto que depois quando a minha também foi pra Fortaleza, já juntando todo mundo lá que foi quando eu fiz o exame de admissão a primeira série... P/1 – Ao ginásio. R – Ao ginásio. É difícil até a gente lembrar da terminologia porque hoje não é mais nada disso, né? Então, aí também eu lembro das coisas políticas, das disputas, pra ir pra governo do Estado, e a gente participava de comício, ia no caminhão do meu pai pra coisas... Interessante. P/1 – E você foi pra cursar o segundo ano primário, pra Fortaleza. E como você foi? Você mudou pra lá? R – Não, não, não. A minha mãe me colocou interna no colégio que ela tinha estudado. Ela era urbana. Ela nasceu em _____, mas ela foi basicamente criada, estudou nesse colégio e aí a dona do colégio era a minha madrinha, então quando eu vim, vim só pra me... Horrível, horrível, horrível. P/1 – Como foi estudar num colégio interno sozinha? R – Não, sozinha não. O problema é o corte, né? Eu saí de casa e vim pra esse mundo completamente desconhecido, aí só terapia dá umas ajudadinhas boas pra gente superar. Inclusive porque os meus irmãos ficavam na brincadeira e eu vim pro negócio... Quer dizer, a intenção dela foi a melhor do mundo, mas emocionalmente significou também perdas. De convívio, de contato. P/1 – Você falou das brincadeiras dos irmãos, tirando a bicicleta... R – Era bom... Não, para menino era bola, bater bola, era andar na rua, era correr, era brincar na, como é que se diz, na calçada da igreja de, nem lembro do nome. Mas era de pegar um, demarca o terreno, o território e corre por do outro e pega. Essas tudo brincadeira... Algumas ainda são feitas. Assim, amarelinha, que pra nós era macaca, que desenha no chão e pula coisa. Hoje eu ainda ensino as minhas netas, já ensino as minhas netas. P/1 – E o cotidiano da casa nessa época de infância, você lembra como era? R – Olha, tenho lembrança sim. A minha mãe trabalhando, trabalhando, trabalhando, trabalhando. O meu pai relativamente sumido. Quer dizer, uma marca grande que eu tenho assim é de ausência dele e da dureza que ela dava pra aguentar o tranco. P/1 – E você não contou como era Fortaleza quando você chegou lá. Você lembra o aspecto da cidade? R – Da cidade? Imagina, Fortaleza aí... Eu nasci em 1941, eu fui pra lá, sei lá, em 1948, por aí, né? Muito diferente de hoje. Aí, quer dizer, a lembrança que eu tenho na verdade é do colégio, aquela coisa grande, aquele piano acolá, aquela capela, os horários pra rezar, pra levantar. Então eu confesso que minhas lembranças não são as mais positivas. Aí tinha as coisas interessantes que também passavam por, pelo contato entre as pessoas, entre as meninas, entre brincar e a hora do banho, e pegar manga na mangueira, a seriguela, coisa que era proibida. Então isso aí era sempre bom. Me lembro da morte do Getúlio, não sei nem que ano ele morreu, cinquenta e... Aqui agora eu não estou lembrando. Mas eu me lembro disso. Eu estava interna nesse período. P/1 – E quando você foi pra lá pra cursar o segundo ano não tinha escola na tua cidadezinha? R – Não, não, mas isso aí... Primeiro, no meio rural, não, não. No meio rural não tinha nada. Eu fui alfabetizada pela minha mãe. E eu tinha uma tia, irmã do meu pai que era professora e devia ser professora municipal porque ela dava aula na casa dela. Então depois que a minha mãe esgotou as possibilidades que ela tinha de fazer letra cortando em, como é que se diz, os cartõezinhos, papel, papelão, pra eu aprender a ler e ela dizia que eu era, que foi muito difícil eu aprender o alfabeto, mas na hora que ela me deu uma coisa que eu pudesse ler rapidamente eu li. Eu não aguntei o bê-a-bá. E eu fiz alguma com essa minha tia, nessa escolinha que funcionava dentro da casa dela que era a meu ver hoje, muito longe da casa da minha mãe, mas não devia ser tão porque eu tava lá, né? E depois disso, a minha vinda pra Fortaleza fazia, fez parte do projeto da mamãe de _____ pra Jaguaribe e depois chegar em Fortaleza, entendeu, da danação dela mesmo. P/1 – E da vida de escola depois que você prosseguiu, tem alguma lembrança que marca esse período teu de estudo, de escola? R – Que tem, tem. Quer dizer, eu cheguei lá fiz o... Eu comecei o ginásio numa escola, num colégio particular, depois eu fui pra escola normal que é a escola pública Instituto Justiniano de Serpa. Passei lá na frente agorinha, na semana passada, eu tive em Fortaleza. Então era uma escola pública e foi onde eu fiz o ginásio, depois fiz o curso normal. Então, quer dizer, as lembranças que eu tenho desse período é sempre isso, de dureza. A minha forma de enfrentar a dureza era muito positiva, como é da família. Acho que esse traço aí é da minha mãe, do meu pai, entendeu? As lembranças elas vêm mais pelo lado positivo. Eu ia pro colégio a pé, tinha as conversas no meio do percurso. Depois disso eu fiz faculdade, fiz Serviço Social que a época era uma escola particular da igreja... P/1 – _____ em Fortaleza? R – Mas lá em Fortaleza. Eu vim de Fortaleza em 1976 pra Brasília. Então Fortaleza tem a metade. Hoje eu tenho 68 anos, eu vim pra cá com 37. Aí eu fiz faculdade, teve o movimento estudantil e me metia em tudo quanto era coisa do movimento estudantil, de grêmio e vivi o golpe de 1964 e vi a tropa de choque entrando na faculdade, desmontando o centro acadêmico. Eu era vice-presidente da Maria Luíza, que foi também nossa constituinte, e depois disso... Quer dizer, eu já tinha um trabalho, porque entre o curso normal e a Faculdade Serviço Social eu fiz um curso de Nutrição, um curso rápido porque eu tinha que me sustentar, até porque a faculdade era particular. Dei aula de alfabetização com o método Paulo Freire. Tudo eu fiz nesse período aí um pouquinho antes e

entrando na faculdade, combinando essas coisas aí. Bom, 1966, 1965 eu termino, 1966 eu caso, sessenta e... Maio de 1968 eu tenho o primeiro filho, 1970 eu tenho a segunda, que é uma menina. 1974 eu tenho o terceiro e 1980 do segundo casamento eu tenho o meu quarto filho. Aí eu já estava em Brasília desde 1976. P/1 – E como foi que você escutou falar em Brasília a primeira vez? Como você decidiu vir pra cá? Como foi? R – É. Olhe, eu entrei na Universidade Federal do Ceará em 1967. Fui auxiliar de ensino, depois fiz concurso pra professora assistente do departamento de Ciências Sociais, nós éramos pioneiros na construção da área de Ciências Sociais naquele momento no Ceará. Nesse ínterim também eu fiz a pós-graduação em Recife, por conta da minha atividade de professora. E, bom, nesse meio de caminho muita coisa acontece: militância, filho, casamento desmoronando, né? O meu casamento foi também com uma pessoa militante, também de família de origem rural e pessoas muito legais que me acolhiam muitíssimo bem. Mas a gente foi dando, não dando certo e nos separamos, eu tinha três filhos, eu vim pra Brasília com, segurando na mão de um... Aliás, eu fui ajudada, um amigo meu da universidade que veio no mesmo vôo que trazia o mais novo que é o Augusto no braço, ele tinha 2 anos. E eu segurava a Manuela e o Alexandre assim. Bom, agora eu vim por quê? Daquele momento a Universidade de Brasília tava vindo muita gente fazer pós-graduação aqui. E a minha irmã, essa que eu fui mãe dela na militância política, ela fazia o mestrado na Sociologia aqui, e uma quantidade de alunos meus também estavam fazendo mestrado aqui na área de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia... Então eu dizia que eu tinha chão em Brasília porque eu tinha relações afetivas. Mas que eu consegui naquela hora? Eu consegui ser colocada a disposição do MEC [Ministério da Educação], porque não deu pra ser transferência da universidade porque até então não tinha essa possibilidade administrativa, né? Depois em 1989 eu consigo minha transferência da Universidade Federal do Ceará pra Universidade de Brasília. Então fui cedida ao MEC. Aí trabalhei no MEC, criei os meninos, arrumar a casa... Solava e logo, logo quando eu cheguei aqui eu me engajei, a gente tava na luta, 1976, 1977... Então era luta contra a ditadura. Participava de organizações políticas, eu era da OSI, Organização Socialista Internacionalista Trotskista e então foi também dessa forma que eu fui tendo o acolhimento que eu precisava na cidade. Eu cuidava dos meninos, trabalhava no MEC e militava. E esse fio aí ele nunca foi interrompido porque foi dessa militância que depois nós entramos na luta pela anistia, pela representação política no Distrito Federal, pela Constituinte, entende? Então é tudo continuadinho. P/1 – Voltando um pouquinho, quando você chegou em Brasília, qual foi a tua impressão da cidade? R – Não, primeiro o seguinte, eu tinha que sobreviver, eu tinha que me virar e tinha que dar certo. Eu não queria olhar pra trás. Eu não sabia o que tinha pra frente, mas eu não queria olhar pra trás. Então eu fui bem acolhida, isso aí facilita a vida de chegada, né? Brasília é, quer dizer, não era isso que é hoje... P/1 – Como cidade? R – Como cidade ela... Por exemplo, eu moro no mesmo canto, o primeiro lugar de moradia meu. Então naquela quadra, eu olhando pra Asa Norte eram poucas quadras que eram construídas, entende? Muito barro, muita poeira, muito rato, muita barata... P/1 – E qual lugar é esse que você mora até hoje? R – Na 106 norte. As crianças estudavam na quadra, inicialmente na escola da quadra do lado, mas logo no começo de 1977 os três... Não, os três não, os dois maiores foram pra escola classe da quadra, porque isso pra mim era uma maravilha. Quer dizer, escola pública. Lá em Fortaleza eu pagava escola, aqui eu não pagava, a escola era pública, de qualidade. Aí eu fui da Associação de pais e mestres... P/1 – Mas você tava falando da cidade, que tinha muita poeira... R – Tinha. Mas também tinha o Teatro Nacional, mas também tinha a Esplanada dos Ministérios. Eu assisti o enterro do Juscelino Kubistchek porque eu cheguei em julho e o JK morre em agosto, né? Eu fiquei deslumbrada quando eu vi aquela multidão no meio da rua, desceu todo mundo do MEC. Foi uma emoção imensa, imensa, imensa, aquelas... As pessoas entraram na catedral e tomar o caixão do JK levar nos braços lá pro campo da esperança, entendeu? Quer dizer, era uma cidade bem curiosa pra mim porque ela tinha uma dispersão grande, mas ao mesmo tempo eu, pessoalmente, emocionalmente, psicologicamente, tinha, fui logo construindo grupo de relação. Eu acho que isso foi uma grande vantagem pra nós da esquerda. Não só no meu caso específico, mas no meu particularmente, eu tenho certeza absoluta que ter esse referencial foi muito importante pra superar as diferenças que a própria cidade tinha se comparada com Fortaleza, que também naquela década eram características muito diferentes, né? P/1 – O que significou pra você ter vindo pra cá? R – Uma mudança de vida muito grande, muito. Mudança no sentido de dizer, olha eu sou responsável pela minha vida, quero cuidar dos meus filhos e vou construir isso nessa cidade nova pra mim, mas eu preciso de amigo, preciso de militância. P/1 – Muitos desafios? R – Mas muito. Põe desafio nisso. Põe desafio. Por isso que eu digo, eu posso ficar aposentada hoje. Brasília precisa me acolher também como aposentada. P/1 – E o que te motivou lá atrás a fazer Serviço Social? R – Olha, são as coisas que eu pensava, né? Muito cedo, eu não sei nem localizar isso exatamente, nem na terapia eu não sei se localizei, mas era a... Eu não me conformava com as diferenças, com as desigualdades, com a exclusão social, entendeu? Eu achava, na minha cabeça, o Serviço Social, quer dizer, o trabalho de Serviço Social, trabalho de assistente social era na verdade lutar por uma igualdade entre as pessoas, para que as pessoas fossem incluídas socialmente, economicamente, não é? Então eu digo que lá já tinha a ideia assim, do socialismo, da construção de outro tipo de sociedade, da luta contra o capitalismo. Por mais ingênuas que fossem essas posições e as concepções, mas tava lá. P/1 – Laura, voltando um pouquinho, as suas expectativas em relação a profissão, quando você decidiu fazer tal, elas foram concretizadas? R – Frustrantes que só. Frustrantes que só, não é? É porque na verdade não era uma questão de profissão. Seria querer demais que uma categoria de profissional desse conta dessa coisa que é gerada estruturalmente. Então teve frustração, mas essas frustrações são interessantes. Na minha geração nós éramos movidos pra continuar a caminhada. Então isso leva ao trabalho político dentro da faculdade, leva ao trabalho político construindo a Associação dos Sociólogos dentro da Universidade Federal do Ceará, construindo o Comitê de Anistia aqui. Entende? A gente ia, quer dizer, rapidamente você saía do universo individual pessoal pra fazer a coisa coletivamente. Eu sou fruto desse momento da sociedade brasileira que correspondia também a uma realidade internacional de construção. P/1 – Você falou que antes de fazer Serviço Social você fez, é... R – Eu fiz um curso de nutrição. P/1 – Um curso de nutrição e aí você foi trabalhar como nutricionista? R – Não. Olha, foi interessante porque quando eu era estagiária de Serviço Social eu combinei, eu fiz um tipo de estágio que eu tinha uma remuneração. A minha atividade prática nesse estágio era um pouco orientar as mulheres na questão da alimentação, sabe? Bem interessante. Numa comunidade, num bairro popular de Fortaleza, entende? Juntava, aí a gente conversava e a minha parte da conversa era isso. Era a questão da atividade, da organização doméstica puxando pra questão da saúde, da alimentação. Até hoje eu usufruo deste meu ensinamento. P/1 – E antes desse estágio, você trabalhou? R – Não. Não, não, porque foi tudo seguidinho. P/1 – Certo. R – Terminei em 1965... P/1 – Então teu primeiro trabalho já foi na universidade, você já começou... R – Não, não, não. Eu tô dizendo... Eu trabalhava por quê? Porque o meu estágio era remunerado. P/1 – Tá. R – Mas era como atividade de estágio. P/1 – E quando terminou o estágio e você terminou a faculdade... R – Ah sim. Aí eu entrei na Secretaria de Saúde do Estado do Ceará como Assistente Social. Esse foi o meu primeiro emprego de carteira assinada, porque eu acho que nesse outro eu não tinha carteira assinada. P/1 – E você lembra como foi o primeiro dia de trabalho? R – Olha... Puxando pela memória a gente vai se lembrando. Foi também num bairro... Era no centro de saúde, num bairro popular de Fortaleza, aliás, o mais, o que tinha a maior densidade populacional, o Pirambu. Hoje ele é bastante diferente do que ele era. Então nesse centro de saúde tinha uma parte de atendimento de tuberculose, eu tava dentro da equipe que conversava com as pessoas sobre cuidados, orientação, etc, sobre o tratamento de tuberculose. Eu integrava a equipe que era de médico, enfermeiro, assistente social. Infelizmente durou pouco. Infelizmente, por quê? Porque quando eu entrei na

universidade em 1966 e em 1968 eu tive o primeiro filho, eu continuei ainda tendo os dois empregos, mas aí pedi demissão desse da secretaria porque era querer demais. P/1 – E o primeiro salário você deve ter recebido lá pra uns _____. Você lembra o que você fez com o teu primeiro salário? R – Mas olha como eu me lembro. Como eu me lembro. Eu comprei presente pra minha mãe, presente pra minha avó. Comprei batom pra mim.. Esse foi o destino que eu dei pro meu primeiro salário. Comprei uma frascueirinha pra botar as coisas dentro. P/1 – E depois, que outros lugares você trabalhou, depois disso? R – Pronto. Eu trabalhei na Universidade, de 1967 até 1976, quando eu vim pra Brasília. Aí eu fiquei no Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, fui do Departamento de Assistência ao Estudante, depois eu fui da Secretaria Geral. Eu fiquei até 1989, quando eu consegui minha transferência pra Universidade, mas nesse meio de campo aí eu fui candidata a constituinte. Aí tem um outro capítulo, combinando com isso. Mas em termos de emprego foi Secretaria de Saúde, Universidade Federal do Ceará, Universidade de Brasília e o mandato de deputada. P/1 – Certo. E então, entrando nesse aspecto, como se deu o teu envolvimento no movimento partidário? R – Olhe, eu como servidora do MEC, nós fizemos, quer dizer, eu participava já. Naquele tempo, atividade política era uma atividade clandestina. E eu tô falando de 1977, de 1978, de 1979, ditadura mesmo. E aí tanto nós tínhamos... Quer dizer, como o movimento organizado nesse período foi, era a luta contra a ditadura, os comitês de greve, de apoio as greves do ABC, lá em 1979. Nós passávamos a noite nas portas de cinema, nas portas de teatro, nas portas de, passando nos bares arrecadando dinheiro pra pedir apoio à greve e... Comitê de Anistia, eu fui da coordenação do Comitê de Anistia, fui pro primeiro congresso de anistia em São Paulo. E nesse, junto com isso, Brasília que não elegia seus candidatos, né? Não tinha representação política, o governador era nomeado e nós não tínhamos deputados nem federal, nem distrital, levantamos... Quer dizer, aí numa ampla unidade da esquerda, extrapolando inclusive qualquer posição partidária... Partido o que existia? Era a arena e o... P/1 – O MDB. R – O MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. O MDB. Então veio pra esse movimento da representação política pessoas progressistas do MDB e foi como eu estava dizendo, o primeiro movimento assim de frente ampla em Brasília. Nós tínhamos, além das pessoas que como eu vinham de grupos clandestinos que depois foram para o partido dos trabalhadores, as pessoas que eram militantes do PCB [Partido Comunista do Brasil] e do MDB. Na verdade, era basicamente isso. Só que pra esse movimento foi atraído também a Associação Comercial, que teve um papel muito importante aqui, professores da Universidade. Tinha o Sebrae que era um organismo que congregava também um pensamento de esquerda no Distrito Federal. Então nesse momento é importante também registrar, embora outros também tenham dito isso, que os partidos não tinham legalidade no Distrito Federal até porque nós não tínhamos a representação política. E o PT [Partido dos Trabalhadores] também vai ser criado lá em 1980 e nós continuávamos sem ter representação e mesmo assim construímos o PT, fizemos núcleo. Fiz núcleo de base no Paranoá e núcleo de servidor público e fui candidata a constituinte. P/1 – E o teu envolvimento nessa luta pela... R – Representação política. P/1 - Pela representação política, teu envolvimento pessoal foi esse que você falou ou tem mais alguma coisa? R – Não. Era o seguinte, ao mesmo tempo nós demos início assim e é, eu acho que é importante registrar, que eu tive um papel aí diretamente muitíssimo importante que foi na Organização dos Servidores. Que vai desembocar inclusive na minha candidatura em 1986 e que vai permitir com que, na Constituinte, nós tenhamos força pra fazer escrever vários direitos dos servidores, como o direito de organização sindical, entende? Então o meu papel... Eu nunca tive um papel de coordenação, de destaque no movimento pela representação política. Eu não constituía o núcleo central do comitê pela representação política que eram de entidades. Na verdade, eu não representava entidade nenhuma, como muita gente não representava que a gente se organizava do jeito que desse. Então criava comissão pró-CUT, comissão pró-entidade dos servidores públicos... Tudo era pró, pró, pró, pró-partido que não tinha nada. A minha presença, eu diria, não é nem presença, a minha participação, quer dizer, era uma participação política e uma participação que num segundo momento ela tinha muito a ver e a legitimidade tava dada por minha relação já com trabalho de base. Trabalho de base que fazia dentro do MEC, trabalho de base que fazia na Esplanada, que fazia no Paranoá, entendeu? Então juntava gente. P/1 – E paralelo a isso... ----- TROCA DE FITA----- R – É o que motiva... Agora, eu só fiz, quer dizer, na verdade foi aquele pedacinho porque depois eu fui pra Universidade como professora, né... P/1 – Pois é. Maria Laura, então voltando, concomitante a isso, estava acontecendo também o movimento pela redemocratização na década de 1980, né? Você participou também disso? Como foi? R – Também, também. Porque vê bem. Todos esses movimentos que aconteciam em Brasília era reflexo do que tava acontecendo no Brasil. Era uma expressão do desejo e da ação que muitas pessoas faziam no país contra a ditadura, pela redemocratização, né? E lutar pela anistia, lutar pela libertação dos presos políticos da ditadura e da... Da ditadura que eu digo mais historicamente, não é? E os que estavam sendo presos por conta das greves no ABC, o Lula foi um deles. Então tudo isso acontecia concomitantemente, eu diria que não era nem paralelo, era tudo na mesma hora e os artistas e as artistas eram as mesmas em todos os palcos. E em termos de direção. Então, em Brasília como é que isso aí vai se expressar? Os anos 1980, quer dizer, nós já tínhamos atravessado tudo isso que eu acabei de falar. Já tinha um desejo expresso por todos aqueles que expressavam o pensamento político na cidade, o pensamento político mais avançado, de que era necessário Brasília eleger seus representantes, tanto ao nível do governo como ao nível da câmara e do senado, e construir uma câmara aqui. Então eu diria que a nossa luta pela redemocratização do país, ela passava de maneira muito prática e talvez a importância dela aqui, pelas coisas que a gente precisava fazer no Distrito Federal, no campo da representação política da organização dos trabalhadores, nós não tínhamos nada. Quando nasceram os sindicatos, como quando organizaram os professores, os bancários, os trabalhadores da construção civil que foram os primeiros. Eu nem vivi muito isso porque eles vêm lá de 1970, pro começo de 1970, entende? Então há esse casamento em Brasília da luta pela representação política da sua população com a luta pela redemocratização. Nós fizemos manifestações pelas diretas maravilhosas, maravilhosas. Muito importante. Foi um chororô só na frente do Congresso Nacional naquela madrugada quando a emenda Dante de Oliveira foi derrotada e Newton Cruz andando na Esplanada com o cavalo dele e um chicote na mão, botando a gente pra correr. Então foi isso. Em termos institucionais eu diria que em Brasília a constituição dos sindicatos, a construção real dos partidos e aí já na década de 1980, a eleição pra primeira constituinte, pra primeira... A primeira eleição aqui pra deputados que foi eleger pra assembleia constituinte, né? E a sua continuação, na verdade, são os marcos da organização política partidária da população em Brasília. P/1 – Então, você pode falar mais um pouquinho como que foi essa primeira eleição dos representantes do Distrito Federal para a constituinte? R – Os candidatos e as candidatas, eu fui uma delas, vieram deste movimento. Então ninguém tinha muita dificuldade pra escolha porque era muito evidente as lideranças. Eu fui candidata no Partido dos Trabalhadores, o Chico Vigilante e outros companheiros, nós perdemos as eleições, o PT não elegeu nenhum constituinte, nenhum. E nós tivemos uma votação incrível do professor Lauro Campos que era o nosso candidato ao senado, mas que não foi eleito por conta do coeficiente eleitoral, né? Então, o MDB elegeu o PCB... Porque foram eleitos o _____, o Augusto Carvalho, o Geraldo Campos e a _____ Abadia. Então, na nossa cabeça, na nossa experiência de luta, quer dizer da esquerda era o _____ e o Augusto. Nós tivemos essa representação aí que frustrou o PT, mas nós enquanto militantes do movimento tivemos uma ação muito, muito importante no processo constituinte. Aí onde é que eu tava? Eu tava lá, lutando pela organização dos professores, pelos direitos dos professores, pela organização sindical de servidores de modo geral e também pelo direito das mulheres. P/1 – Isso que eu ia te perguntar, nesse período você já estava nessa luta? R – Já tava. Minha faixa de candidata era assim: Constituinte sem mulher, constituinte pela metade. P/1 – E o

que era lutar pelos direitos das mulheres nesse período? R – Olha, nós precisávamos, na verdade, nós queríamos ter direitos concretos que estavam lá na discussão agrária, como a questão da propriedade, nós queríamos ter direitos na constituição. Na área de educação, assegurando creches, assegurando recursos pras nossas crianças. Nós queríamos ter direitos inseridos que levassem a questão da igualdade de homens e de mulheres. Então discutíamos como, dentro dessa ótica das mulheres, questão dos direitos das crianças, dos adolescentes. Eu diria que as mulheres levaram pro processo constituinte uma abertura na discussão que naquele momento era organização do Estado, aspectos econômicos, está entendendo? Então nós tivemos papel muito importante na discussão dos direitos individuais, dos direitos sociais, dentro da perspectiva da igualdade, da inclusão social. P/1 – E você tava falando da eleição, que frustrou um pouco, mas aí tinha os dois que foram eleitos que eram de esquerda. Você quer continuar um pouquinho nisso ou acha que já concluiu? R – É, eu acho que sim porque foi o seguinte: nós... Qual era o nosso lugar concreto? Era a luta dos trabalhadores. Eu e o Chico perdemos, o Chico tava lá na CUT [Central Única dos Trabalhadores], eu tava nos servidores públicos, tava nas mulheres e tava intervindo no processo constituinte e, é tanto que em 1990 nós fomos eleitos. Então, essa frustração aí não resultou em nenhum recolhimento, quer dizer, a militância continuou. P/1 – De qualquer forma vocês conseguiram contribuir pra constituinte. R – Com toda certeza. Por exemplo, o que está escrito lá sobre a organização sindical dos servidores foi escrito quase no meio do caminho com a nossa participação muito direta, muito direta. Naquele momento, eu diria que a minha participação no capítulo que diz respeito ao serviço público e ao direito dos servidores foi bem maior do que diz respeito aos direitos das mulheres, até porque essas bandeiras como bandeiras principais tinham outros porta-vozes. Eu diria que nenhum momento a peteca caiu, a gente saía de um entrava na outra. Respirava fundo e ia. P/1 – E, bom, você tinha a sua própria candidatura, mas se engajou em alguma outra campanha? Você falou que tiveram um candidato ao senado. R – Foi. Não a gente fazia... Não, mas a campanha era unitária, era partidária. P/1 – Era unificada, certo? R – Era unificada. Só que era só pra câmara e pro senado. P/1 – Sei. R – Pra constituinte. P/1 – E o que a constituição mudou na vida do Distrito Federal? A constituição de 1988. O que ela trouxe pro Distrito? R – Nesse recorte que nós estamos fazendo aqui agora, ela trouxe o direito de eleger os nossos candidatos. Nossos candidatos ao Congresso Nacional, efetivamente, constituir uma câmara distrital, na forma que ela tem até hoje e eleger o governo do Distrito Federal que antes era indicação da comissão do senado. Então do ponto de vista institucional esse é o saldo pro Distrito Federal, isso aí. Porque uma discussão que corria também era sobre a sustentação financeira do Distrito Federal, mas isso aí não foi uma coisa resolvida na constituinte e certamente não poderia ser. Ela permanece no meu primeiro mandato que é 1991, 1994 quando se discutia a constituição de um fundo pra garantir a sustentação, pré-educação, saúde. Sim, na constituição tá garantido os recursos pra educação e segurança, saúde e segurança no Distrito Federal. P/1 – Mas isso já trouxe uma grande mudança, né? R – Já. Eu penso que eu tô dizendo uma coisa errada, tem que conferir. Eu acho que era, que tinha responsabilidade dessas áreas, mas tinha uma diferença na área de segurança pública. A segurança pública era efetivamente garantida pelo governo federal, tá? Isso aí a gente teria que dar... Mas os outros já devem ter falado também sobre isso. P/1 – Só o fato de ter, deu o direito de eleger já mudou. R – Não, já mudou, mudou muitíssimo. E estabeleceu essas regras de responsabilidades econômicas. P/1 – Certo. E aí, você falou... R – Os salários dos professores, o salário dos trabalhadores da área de saúde, da educação e de segurança pública são pagos pelo governo federal, né? P/1 – Você falou que foi eleita em 1990, né? R – Fui. P/1 – Então, você quer contar um pouquinho dessa tua primeira eleição? Esse teu primeiro mandato, como foi? R – Olha, o primeiro mandato... Eu vou retomar ainda um pouquinho: a gente vinha na luta contra a ditadura, pelos direitos sociais, pelos direitos individuais, pela representação política do Distrito Federal nessa amplitude toda que eu já me referi e 1989 é eleito Collor de Mello. Então, eu fui das primeiras também a colocar os servidores na rua, contra as medidas do Collor que foram de demitir, de colocar indisponibilidades... Que era um banco de reserva que ele criou lá, um verdadeiro desrespeito aos servidores públicos concursados que ele considerou absolutamente dispensáveis. Então foi esse momento, Collor eleito em 1989, 1990 tem eleição. Então, quando eu sou eleita já em cima do... Não era do “Fora o Collor” expresso dessa maneira, mas também nós levantamos a primeira faixa na Esplanada dos Ministérios com “Fora Collor” contra toda a esquerda no Distrito Federal que achava porra louquice. Mas como a gente tava vivendo na pele o problema dos servidores... Eu sei de suicídio, eu sei de pai que saía todo dia, que foi colocado em disponibilidade, e saía todo dia de casa como se fosse trabalhar, porque não tinha coragem de dizer pra família que estava desempregado. Porque a disponibilidade é uma humilhação total, você recebe o salário, mas não trabalha. Quer dizer só numa cabeça daquela que pode criar uma figura esdrúxula dessa, porque a própria constituição assegura essa figura da disponibilidade, mas no caso, olha, um órgão fundiu com o outro ou foi extinto. Então como medida de proteção pros servidores, o Collor aplicou no sentido contrário. Então, quando eu sou eleita, eu continuo essa luta que já era a luta do primeiro ano do mandato do Collor, que era a dever do serviço público, a dever do Estado contra as reformas da constituição pra tirar os direitos, previdência, saúde, privatização, né? O primeiro mandato foi muito marcado por essa luta, embora o mandato do Collor tenha sido interrompido pra felicidade do povo brasileiro, embora a gente não tenha alcançado o que quis, essa é a minha avaliação, no momento seguinte. Mas é tudo uma luta que vai pra frente. Então eu diria, sintetizando o meu primeiro mandato, que foi uma luta ferrenha, expressa. Nos discursos, na organização dos setores na sociedade, uma luta contra reformas da constituição. Reformas essas que significavam reduzir direitos ou retirá-los completamente. Tem toda uma discussão da previdência social também. E também assumir as bandeiras propostas pelas mulheres. Nós tivemos bandeiras emblemáticas, mas que eu não tive nenhuma dúvida em nenhum momento de assumi-las. Já tinha a discussão da questão da descriminalização do aborto, tinha os projetos referentes à união civil de homossexuais, entendeu? Eu assumia essas bandeiras como sendo minhas integrando essa luta, essa trajetória aí. P/1 – Que mudanças você acha que a Câmara Legislativa trouxe pra vida dos cidadãos da cidade? R – A distrital? P/1 – É. R – Olhe, eu acho que é uma possibilidade de representação. É um instrumento de controle do poder público, do executivo local, de fiscalização. É um espaço onde através dos mandatos os movimentos sociais expressam suas vontades, suas reivindicações. É um ponto de apoio pros movimentos sociais, pro movimento sindical. E eu vejo muitos aspectos positivos. Eu não tenho condição assim... Eu acho que quanto à composição da Câmara, num primeiro momento nós tínhamos pessoas eleitas mais comprometidas com a esquerda. E eu tô usando o termo esquerda porque eu me sinto muito à vontade pra falar esquerda, direita. Eu sou dessa geração que as coisas eram ditas assim. Que é esquerda hoje? Pra meu ver? As pessoas que não misturam público e privado, que respeitam o dinheiro público, que o dinheiro do público não é pra botar no bolso. Que entende que são necessárias mudanças profundas na sociedade no sentido da inclusão das pessoas. Então, nesse meu conceito aí cabe várias posições partidárias. A Câmara Distrital, num primeiro momento, teve uma composição mais comprometida com essa história de luta do Distrito Federal. Isso aí até na quantidade numérica dos eleitos pelo PT, pelos outros partidos que se colocavam no campo democrático. E eu diria, eu não tenho aprofundado se o formato dela é esse, se esse formato que ela tem é o melhor. Eu acho que é uma discussão que poderia ser colocada hoje, na medida em que nós temos a câmara distrital e elegemos o governador, né? Elegemos deputado e senador. E nós temos cidades com trezentos mil habitantes. Ceilândia é a cidade mais populosa do Distrito Federal. Taguatinga, que são centros econômicos importantíssimos, entendeu? Então, quer dizer, um Distrito Federal que foi pensado, concebido pra quinhentos mil habitantes tem dois milhões. Como é que fica? A nossa representação é essa mesma? Essa dá conta disso? Ou deveria ter alguma coisa que se colocasse nas cidades

com... Significando uma representação mais próxima da população. São coisas que eu acho que precisam ser discutidas e certamente vão ser discutidas, porque o formato da organização institucional precisa estar respondendo a situações concretas, objetivas, históricas. P/1 – E a gente estava falando do seu primeiro mandato, você teve um segundo mandato, né? R – Aí tive um segundo mandato que foi na eleição de 1964, que... P/1 – 1994... Você falou 1964. R – Auto falha. 1994. Eleito Fernando Henrique Cardoso, príncipe dos sociólogos. Então nós que... E teve um pedacinho do Itamar aí... Então, nesse pedaço do Itamar, não estou menosprezando o pedaço do Itamar de jeito nenhum, estabelecemos inclusive relações positivas. A Erundina, contrariando a decisão do PT, foi pro Ministério da Administração. Eu falava com a Erundina, eu representando o sindicato dos servidores e ela do outro lado da mesa, mas muito respeitosa e mantemos essa relação até hoje. E fizemos nesse momento do governo Itamar Franco, do presidente Itamar Franco, um projeto de lei de retorno dos demitidos do Collor e foi uma iniciativa, precisava ser uma iniciativa do executivo, não pode. Segundo a constituição essa iniciativa não pode ser parlamentar. Tive um desempenho também muito importante aí, não escrevemos na lei o que desejávamos. Hoje a gente ainda batalha pra ter de volta servidor público, mas foi um ponto de apoio muito importante pro retorno de muitos. Bom, aí é eleito o presidente Fernando Henrique, que de forma, a meu ver, mais sofisticada procura aprofundar o processo de privatização, de ataque ao Estado, a concepção do Estado mínimo, da não intervenção do Estado na economia, ou seja, uma... Eu digo que o governo Fernando Henrique, na verdade, ele por ter mais legitimidade e por ter inclusive uma legitimidade na intelectualidade, num campo de esquerda, ele quis ir mais longe que o próprio Collor. Eu não posso esquecer que a primeira greve foi a dos petroleiros e ele botou o exército na Petrobrás, nas plataformas, que foi uma forma muito concreta de dizer: "Não ousem porque eu sei o que eu vou fazer". Aí teve uma repercussão muito grande dentro do congresso, a gente falou, fez discurso e, enfim, o segundo mandato foi muito marcado por isso. Eu assumi muito as bandeiras dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas e foi um mandato também importante, mas eu já estava um pouco mais desligada, do ponto de vista concreto, do movimento real sindical. É tanto que isso vai ter reflexo lá em 1998, eu fui, fiquei na suplência em 1998. P/1 – E nessas bandeiras femininas foram conseguidas? Tem algumas vitórias durante seu mandato? R – Olha, sim, porque... É tão interessante! No governo do Fernando Henrique, projeto de deputado e deputada não era aprovado, pode olhar, muito interessante. Então você tinha as iniciativas, eu tenho alguns projetos que tratavam da questão da violência, da questão do assédio, coisa que só dizia respeito à cidadania, respeito aos direitos humanos e mesmo assim essas coisas chegavam ali, não passavam, entende? Aí nós tivemos a grande discussão dos projetos da Marta que eu já me referi um pouco antes. E então a gente botava a cabeça de fora e na verdade era mais do que importante a discussão, tanto que elas permanecem hoje, mas nós não resolvemos. Essas questões não foram resolvidas nem naquele momento e nem sei se serão nos próximos momentos. A minha avaliação é que não, porque há muito recuo, muito recuo, muito recuo. Então voltando ainda pro mandato de 1994, nós tivemos uma luta muito grande referente à questão da previdência social, a discussão da estabilidade do serviço público, fora as CPIs, não é? Várias coisas. Mas foi um mandato, eu diria que importante. Com esse deslocamento da coisa real da cidade, embora eu tenha a concepção que a gente tá lá mesmo é pra representar o conjunto. Quer dizer, o deputado não é um, o deputado federal não é um deputado distrital. Mas quando falta esse chão aí tem reflexo. P/1 – Voltando um pouquinho pra Brasília, o que você considera como marcos históricos da política de Brasília? R – Como é... P/1 – Marcos históricos. R – Não. Eu acho que a gente falou bastante aqui da questão da representação política. A representação política, a eleição da constituinte, a eleição dos deputados na sequência, dos senadores. A eleição do governo local, aí no nosso campo a eleição em 1994 do governador Cristovam Buarque que tinha Arlete como vice-governadora e que foi uma experiência curta mas importante de governo democrático popular. Eu não falei que eu estava nesses cantos todos como militante do PT. Eu fui eleita pelo PT, eu fui fundadora do PT. Quando Cristovam foi governador, por um período eu estava na presidência do PT, dureza, segurando uma barra pesada. P/1 – E como você vê o futuro de Brasília e do Distrito Federal? R – Olhe, do ponto de vista econômico, acho que tem muita discussão a ser feita. Porque há uma mudança demográfica grandiosa da população de Brasília. Eu me referi que Brasília concebida pra ter 500 mil habitantes, tem 2 milhões de habitantes. Então hoje, não adianta isso de alguns quererem, porque é a capital da república então tem que ter um controle, fechar as porteiças, não vem gente de fora. Não existe isso na minha concepção. Não existe, Brasília foi um pólo de atração mesmo e de esperança pra milhões e milhões de brasileiros que vieram pra sua construção e não tinha o porquê serem devolvidos pros seus cantos de origem depois disso. Essas pessoas tiveram os seus filhos aqui, nós estamos na terceira geração, né? E as pessoas que como eu vieram pelas razões, as mais diversas, eu posso dizer eu vim porque me separei do marido. Mas será que foi só isso? Por que a escolha foi Brasília? Foi porque meus alunos estavam fazendo pós-graduação aqui, foi também porque Brasília significava esse novo, essa esperança, a possibilidade de estar numa cidade com características diferentes. Se passava muito a idéia de que aqui, quer dizer, a estrutura, o desenho urbanístico, a concepção do Lúcio Costa, aproximava as pessoas, as classes sociais, não sei o quê. Tudo isso já foi pro beleléu, a meu ver, porque quem construiu tá lá não sei onde e os filhos do plano piloto tão nos condomínios. Sem menosprezar nem as cidades satélites nem os condomínios, mas o que eu quero dizer é que é necessário dar uma resposta a essa realidade urbana, a essa população diferenciada na sua origem, mas com bastantes raízes já no Distrito Federal. Dar resposta a uma juventude que sai das universidades e não tem o emprego, a perspectiva de emprego clara, entende? Eu digo que Brasília precisa de fato ser discutida como ela é na realidade, hoje. E preservando o patrimônio, preservando toda a sua beleza, mas respeitando principalmente sua população, integrando-a. Fazendo, desenvolvendo políticas e processos econômicos que signifiquem a inclusão e a cidadania da população de Brasília. Eu chamo Brasília mas é Distrito Federal, tudo. Não é só o plano piloto. P/1 – E, Maria Laura, falando um pouquinho agora da sua vida pessoal, você falou que casou, separou, casou de novo, teve outro filho. Atualmente você é casada? R – Sou. Eu sou divorciada do primeiro casamento. E tive um outro casamento mas foi casamento de consentimento, né? Tive um filho desse casamento, tô separada já há algum tempo e não formalizei nem o começo nem o fim. Então tenho quatro filhos... P/1 – Tem quatro filhos... R – Tenho quatro filhos. Três homens e uma mulher. Tenho 6 netos, quatro... P/1 – Fala um pouquinho dos filhos, o que eles fazem? R – Ah, dos filhos? Tá. É, os filhos foram, quer dizer, três vieram do Ceará, estudaram em escola pública aqui. Aguentaram essa mãe que militava de manhã, de tarde e de noite e que cuidava das crises de garganta deles, das coisas que aconteciam. Procurava respirar fundo e dar conta do que, na medida do possível, fazer o melhor, né? Eles fizeram Universidade de Brasília. O mais velho fez Jornalismo e Sociologia. A segunda fez Letras. O terceiro fez Geologia. Então todos os três trabalham, cuidam das suas vidas, casaram e são, no meu conceito, todos de esquerda. Só ela se filiou no PT, os outros acho que se, baixo da mãe, baixo... Mas todos sempre quando votaram, votaram no Lula e participavam de uma forma ou de outra dos movimentos, tanto dentro da Universidade como atividade política da cidade, das lutas pelas diretas, eles eram jovens na época. E o meu quarto, que é fruto dessa segunda relação, desse segundo casamento que foi com, a época estudante da Universidade de Brasília, fazia arquitetura, militante também do movimento político da cidade... Ele fez, ele tem 28 anos, o mais velho tem 40, o Henrique tem vinte e oito anos, fez Biologia, trabalha no Ministério do Meio Ambiente, também como, na área de recursos hídricos. Eu tenho que agradecer o caminho percorrido pelos filhos. P/1 – E os netos? R – Os netos... P/1 – São quantos que você falou? Seis? R – Seis. E a mais velha tem seis anos. Eu dizia muito pros meninos, juízo, juízo, juízo. Namorava, trazia as namoradas lá pra casa, que a maioria é homem, né? Então tem, trazem, pelo

menos no meu caso foi mais fácil os homens trazerem as namoradas pra casa. Eu disse: "Olha, gente, camisinha, juízo, não está na hora". Eles levaram tão a sério que eu já estava com medo de ficar de bengala e não poder sentar no chão e correr atrás dos netos, mas tá dando certo. Então elas são quatro meninas e dois meninos e maravilhosos, eu adoro. Eu diria que é muito bom poder contar essa história, sabe? E ver não só a continuação da atividade política da gente expressa noutras pessoas e movimentos, mas também os valores, o caráter e a vida biológica também ser continuada nos filhos e nos netos. P/1 – E, Maria Laura, como você avalia esse esforço que está sendo feito através desse projeto de recuperação da história da autonomia política do Distrito Federal? R – Olhe, muito importante. Muito importante porque o que eu falei aqui são recortes dos recortes. Quer dizer, a memória aqui e agora sentada nessa cadeira, do que me veio. E a importância eu falei até numa reunião que participei discutindo o projeto que foi a luta unitária que nós fizemos. Por quê? Porque a luta ou era de militante de grupos de esquerda ou era de militantes sindicais. Os professores na organização deles, os bancários na organização deles, os médicos na organização. Embora a gente tenha também feito a luta pela unidade dos trabalhadores na construção da central sindical, mas tudo isso agregando setores. Trouxe esses militantes todos e trouxe os empresários de Brasília, que se expressavam mais na atividade comercial. Trouxe a universidade, trouxe os vários grupos de intelectuais. Resgatar essa história acho muito importante. Então a Fundação Banco do Brasil está tendo a possibilidade de ajudar financeiramente a execução desse projeto, acho muito importante porque é uma contribuição valiosa, não só pra população do DF que deve ter registrado a sua história, a sua luta, né? Esses mais novos nem sabem que as porteiras foram abertas por tantos outros antes deles. Mas também pro Brasil que ficam aí batendo em Brasília, batendo que aqui tem ladrão, que isso, que aquilo... Tem? Tem. Mas tem um bocado desses que é de passagem. Não tão aqui, embora aqui também tenha. Mas eu acho muito importante a elaboração desse projeto e desejo que ele seja exitoso. P/1 – E o que você achou de ter participado dessa entrevista? R – Dessa entrevista? Olhe, achei ótimo, né? E é muito curioso porque a cabeça da gente vai sendo puxada, a memória vai. Então, eu que comecei achando que duas horas era demais. Eu fiz alguns recortes na minha fala comparando com o que a minha lembrança indicava, mas fiquei super à vontade e fui sincera com as minhas lembranças. P/1 – Então tá bom, Maria Laura. Em nome do Museu da Pessoa, da Fundação Banco do Brasil, a gente agradece a sua participação. Obrigada. R – Muito obrigada também pela oportunidade. ----- FIM DA ENTREVISTA -----